

# COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

## PROJETO DE LEI Nº 170, DE 2007

Revoga o inciso XV do artigo 19, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir a apreensão de bens pela ANATEL.

**Autora:** Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

**Relator:** Deputado SANDES JÚNIOR

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria da ilustre Deputada Professora Raquel Teixeira, propõe alterar a Lei Geral de Telecomunicações com o intuito de suprimir o inciso XV do seu artigo 19, que confere à Anatel a prerrogativa para *“realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência”*.

Em sua justificação, a autora da proposição assinala que o referido dispositivo afronta o inciso LIV do artigo 5º da Carta Magna, que estabelece que *“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”*. Considera inaceitável que um fiscal da Agência possa confiscar a propriedade de bens legalmente adquiridos, sob o argumento de que estariam sendo empregados em desacordo com as normas vigentes.

Conforme despacho da Mesa da Câmara dos Deputados, a proposição em análise deverá ser apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição e



1BFF91BB12

Justiça e de Cidadania. No decorrer do prazo regimental, não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em exame propõe revogar o inciso XV do artigo 19 da Lei Geral de Telecomunicações, retirando da Anatel o poder de realizar busca e apreensão de bens no âmbito de suas competências. Na justificativa para a apresentação da proposição, a autora argumenta que essa atribuição dada à Anatel viola o inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal, que estabelece que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Primeiramente, cabe esclarecer, conforme ensina Hely Lopes Meirelles, em “Direito Administrativo Brasileiro”, que *“poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”*. Já Henrique Savonitti Miranda, em “Curso de Direito Administrativo” ensina que *“o poder de polícia justifica-se pela necessidade de ajustar-se o exercício dos direitos conferidos a cada pessoa com o bem-estar de toda a sociedade buscando-se conciliar o interesse individual com o interesse coletivo”*.

Assim, tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria. Nesse sentido, esclarecemos que a apreensão de equipamentos, bens e produtos é atividade concernente ao poder de polícia administrativa do qual a Anatel é titular, qual seja, a regulação e fiscalização dos serviços de telecomunicações no País, bem como a administração do espectro de frequências, um bem público e escasso. Assim, a impossibilidade de apreensão de equipamentos ou instrumentos utilizados em atividades clandestinas retira da Anatel não apenas tal atribuição, mas lhe retira o exercício do próprio poder de



polícia administrativa, inviabilizando por consequência sua existência como ente regulador e fiscalizador do setor de telecomunicações. Ademais, a competência da Anatel para apreender bens está configurada também no inciso II do artigo 184 da LGT e no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.871, de 2004.

Cabe destacar ainda que o poder de polícia administrativa é inerente ao poder regulatório e está presente não apenas nas atividades de telecomunicações, mas também junto aos fiscais do IBAMA, Ministério da Agricultura, vigilância Sanitária, Fiscais da Receita e do INSS e inúmeros outros entes administrativos que têm o dever de regular e fiscalizar a prestação de serviços sob o regime de autorização, permissão ou concessão do Poder Público, bem como o uso de bens patrimoniais da União, dos Estados e dos Municípios. O poder de polícia da autoridade administrativa está normatizado na Constituição Federal e nas legislações específicas, onde a limitação desse poder irá inviabilizar a atividade administrativa, sobretudo no que diz respeito à preservação do interesse público.

Diante das argumentações acima citadas, o meu voto é pela REJEIÇÃO do PL nº 170, de 2007.

É o voto.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado SANDES JUNIOR  
Relator



ArquivoTempV.doc



1BFF91BB12